

# INSTITUIÇÕES POLÍTICAS E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO: EVIDÊNCIAS DE UM ESTUDO EMPÍRICO\*

---

LUCAS SILVA<sup>†</sup>  
MATHEUS CUNHA<sup>††</sup>  
AMANDA DOMINGOS<sup>†††</sup>  
MARCUS TORRES<sup>††††</sup>

**RESUMO:** Este trabalho testa a hipótese de que as capacidades institucionais exercem um efeito positivo sobre o desenvolvimento econômico. Metodologicamente, utilizamos estatística descritiva e multivariada, análise espacial e, ainda, regressão linear de Mínimos Quadrados Ordinários (MQO) a fim de estimar o efeito supracitado. Foi testada a correlação espacial entre os países quanto aos seus respectivos índices de capacidade. Os resultados apontam que, no nível agregado, as capacidades institucionais exercem um efeito positivo sobre o desenvolvimento econômico. Contudo, quando desagregamos por região

---

\* Agradecemos à professora Gabriela Tarouco (DCP/UFPE) pela orientação, ao Grupo de Métodos de Pesquisa em Ciência Política (DCP/UFPE) pelo suporte proporcionado ao longo da elaboração desse artigo e aos professores Jonathan Hanson (Syracuse University, USA), Rachel Sigman (Syracuse University, USA) e Octávio Amorim Neto (FGV, Brasil) pela atenção demonstrada na disponibilização de algumas informações.

<sup>†</sup> Aluno do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>††</sup> Aluno do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>†††</sup> Aluna do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

<sup>††††</sup> Aluno do Departamento de Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Bolsista pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

geográfica, percebemos que essa relação é significativa somente em quatro delas: (1) Leste da Ásia e Pacífico, (2) Europa e Ásia Central, (3) América Latina e Caribe e (4) Oriente Médio e Norte Africano. Em relação à OCDE, constatamos que nos países membros o efeito da capacidade institucional é maior em países membro do que em não membros. Por regime político, observamos que nas democracias o efeito das capacidades é maior do que nas autocracias. Por fim, a autocorrelação espacial global indica uma associação fraca, positiva e estatisticamente significativa em relação a capacidade institucional ( $I = 0,192$ ;  $p\text{-valor} < 0,05$ ).

**PALAVRAS-CHAVE:** Instituições; Capacidades Institucionais; Desenvolvimento Econômico; Democracia; OCDE.

**ABSTRACT:** This paper tests the hypothesis that institutional capabilities have a positive effect on economic development. Methodologically, we used descriptive and multivariate statistics, spatial analysis and Ordinary Least Squares (OLS) linear regression to estimate their effect. Spatial correlation was tested between the countries by their respective capabilities indexes. The results show in an aggregated level that institutional capabilities do have a positive effect on economic development. However, when we disaggregated by geographic region, we realized that this relation is significant only in four of them: (1) East Asia and Pacific, (2) Europe and Central Asia, (3) Latin America and Caribbean and (4) Middle East and North Africa. For OECD countries, the institutional capability effect is larger for members than for non-members. Taking political regime in consideration, our index performs better in democracies. In the end, global spatial autocorrelation indicates a weak, positive and statistically significant association comparing with institutional capability. ( $I = 0,192$ ;  $p\text{-value} < 0,05$ ).

**KEYWORDS:** Institutions; Institutional Capabilities; Economic Development; Democracy; OECD.

**SUMÁRIO:**

<b>I. INTRODUÇÃO .....</b>	<b>331</b>
<b>II. RELAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO .....</b>	<b>332</b>
<b>III. METODOLOGIA .....</b>	<b>338</b>
<b>IV. RESULTADOS .....</b>	<b>341</b>
<b>V. CONCLUSÃO .....</b>	<b>349</b>
<b>VI. REFERÊNCIAS.....</b>	<b>351</b>

**TABLE OF CONTENTS:**

<b>I. INTRODUCTION .....</b>	<b>331</b>
<b>II. RELATION BETWEEN INSTITUTIONS AND ECONOMIC DEVELOPMENT.....</b>	<b>332</b>
<b>III. METHODOLOGY .....</b>	<b>338</b>
<b>IV. RESULTS .....</b>	<b>341</b>
<b>V. CONCLUSION .....</b>	<b>349</b>
<b>VI. REFERENCES .....</b>	<b>351</b>

## I. INTRODUÇÃO

A escolha do arranjo institucional é uma importante agenda de pesquisa da Ciência Política como um todo. Diversos são os estudos que analisam o desempenho governamental associado ao desenho institucional utilizado em cada país.<sup>1</sup> Para além do desempenho governamental em diversas arenas, a relação entre instituições políticas robustas e um desenvolvimento econômico satisfatório também é alvo de diversos debates na Ciência Política moderna por grandes nomes como Lipset, Przeworski e Acemoglu e Robinson.<sup>2</sup>

Diversas são as arenas onde as instituições moldam e constroem o as ações e resultados do governo e, junto com elas, há uma vasta literatura que discute sobre quais arranjos institucionais ajudam no desempenho do governo seja no âmbito do processo de tomada de decisão, escolha ou implementação de alguma política pública. Nessa perspectiva, Weaver e Rockman surgem com uma nova maneira de mensurar desempenho institucional: através de diversas capacidades que os governos apresentam, argumentando que as instituições influenciam tais capacidades.<sup>3</sup>

Esse trabalho procura contribuir para tal literatura. O principal objetivo é analisar o efeito das capacidades institucionais sobre a

---

<sup>1</sup> Cf. LINZ, Juan J. The perils of presidentialism. *Journal of Democracy*, Vol. 1, 1, 1990; SHUGART, Matthew; CAREY, John. **Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics**. New York: Cambridge University Press, 1992; MAINWARING, Scott; SHUGART, Matthew S. Juan Linz, presidentialism, and democracy: a critical appraisal. *Comparative Politics*, Vol. 28, 4, 1997; STEPAN, Alfred. Para uma nova análise comparativa do federalismo e da democracia: federações que restringem ou ampliam o poder do demos. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Vol. 42, 2, 1999; ACKERMAN, Bruce. The new separation of powers. *Harvard Law Review*, Vol. 113, 3, 2000; LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Grupo Record), 2003; UHR, John. Bicameralism. In: Raw Rhodes *et al.* (eds.). **The Oxford Handbook of Institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2006; NORRIS, Pippa. **Driving democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

<sup>2</sup> LIPSET, Seymour Martin. **Political man: The social bases of politics**. Nova York: Doubleday, 1960; PRZEWORSKI, Adam. A última instância: as instituições são a causa primordial do desenvolvimento econômico? **Novos estudos CEBRAP**, nº 72, 4, 2005; ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty**. New York: Crown Business, 2012.

<sup>3</sup> WEAVER, Kent; ROCKMAN, Bert. **Do Institutions Matter?** Washington, DC: The Brookings Institution, 1993.

habilidade dos governos produzirem maior desenvolvimento econômico. Em termos metodológicos, foram combinadas estatística descritiva, análises de componentes principais, *cluster* e espacial e, por fim, regressão linear. Computacionalmente, as análises foram realizadas com o auxílio do *Statistical Package for Social Science* (SPSS) versão 22, Stata 12 e OGIS 2.8. A principal hipótese sustenta que a capacidade institucional exerce um efeito positivo sobre o desenvolvimento econômico. Os resultados, por sua vez, sugerem que as capacidades institucionais exercem um efeito positivo sobre o desenvolvimento econômico. Em outras palavras, quanto maior a capacidade institucional de um país, maior será seu desempenho econômico.

Para a realização do desenho de pesquisa descrito anteriormente, o trabalho está dividido em quatro seções. A próxima seção apresenta uma breve discussão teórica das literaturas basilares para este trabalho: a relacionada à *state capacity* e a que diz respeito às instituições políticas e desenvolvimento econômico. A terceira parte apresenta, de forma mais detalhada, a metodologia e o desenho de pesquisa. A quarta parte sumariza os resultados encontrados após as análises estatísticas e, por fim, a última seção elenca as principais conclusões.

## II. RELAÇÃO ENTRE INSTITUIÇÕES E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO

A importância da escolha e das influências do arranjo institucional nos *outcomes* dos governos é um debate amplamente discutido na Ciência Política como um todo, no entanto, nunca se torna obsoleto. Diversas são as arenas onde as instituições moldam o comportamento e influenciam a efetividade do governo: desde a capacidade de lidar com problemas até o processo decisório e a implementação de políticas públicas. Nesse ponto, surge a dúvida sobre quais arranjos institucionais incrementam o desempenho institucional do governo e a capacidade de ser *accountable* à vontade do eleitorado.

Diversos são os estudos que analisam o desempenho governamental associado ao desenho institucional de cada país, seja pela existência de diferença entre presidencialismo e parlamentarismo<sup>4</sup>, entre os países

---

<sup>4</sup> Cf. LINZ, Juan J. The perils of presidentialism. *Journal of Democracy*, Vol. 1, 1, 1990; MAINWARING, Scott; SHUGART, Matthew S. Juan Linz, presidentialism, and democracy: a critical appraisal. *Comparative Politics*, Vol. 28, 4, 1997; e STEPAN,

federais e unitários<sup>5</sup> ou, até mesmo, da forma como se organiza o parlamento.<sup>6</sup> O desenrolar da Ciência Política, como dito anteriormente, sempre esteve associado às indagações acerca da engenharia institucional, mesmo que isso não signifique que as instituições sempre foram utilizadas como mecanismos explicativos.

Na obra *Do Institutions Matter?*, Weaver e Rockman discutem acerca da relação entre instituições políticas e desempenho governamental.<sup>7</sup> A grande inovação trazida pelos autores está na forma de definir o que vem a ser um governo com performance satisfatória: um governo com bom desempenho tende a ser aquele que possui grande competência em lidar com problemas à medida que eles surgem. A essa *expertise* dão o nome de capacidade institucional.

Apesar de argumentar que as instituições importam na performance dos governos, os autores sugerem que o processo de influência não acontece de forma direta, mas através do processo de tomada de decisão. Em outras palavras, os arranjos institucionais constroem certos tipos de atributos presentes no processo decisório que, por sua vez, permitem ou detêm a capacidade de formulação, escolha e influencia os resultados de tais políticas.

O argumento de capacidades do governo envolve a necessidade de verificação da melhor combinação entre políticas necessárias e instituições que oferecem maior oportunidade e menores riscos aos seus efeitos. As dez capacidades decisórias elencadas pelos autores como fundamentais para que um governo obtenha performance efetiva são definidas como: (1) capacidade de definir e sustentar prioridades, ou seja, conseguir que suas prioridades não sejam derrotadas em meio às diversas demandas; (2) alocar recursos para locais onde sejam mais eficazes; (3) capacidade de inovar, ou seja, trocar política quando esta venha a falhar; (4) coordenar objetivos conflitantes, fazendo com que sejam mais coerentes; (5) capacidade de impor perdas a grupos poderosos; (6) ser responsivo às vontades do eleitorado, mesmo quando este não esteja

---

Alfred. Para uma nova análise comparativa do federalismo e da democracia: federações que restringem ou ampliam o poder do demos. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Vol. 42, 2, 1999.

<sup>5</sup> Cf. LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Grupo Record), 2003; e NORRIS, Pippa. **Driving democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

<sup>6</sup> Cf. ACKERMAN, Bruce. The new separation of powers. **Harvard Law Review**, Vol. 113, 3, 2000; e UHR, John. Bicameralism. In: Raw Rhodes *et al.* (eds.). **The Oxford Handbook of Institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

<sup>7</sup> WEAVER, Kent; ROCKMAN, Bert. **Do Institutions Matter?** Washington, DC: The Brookings Institution, 1993.

organizado ou não tenha preferências bem definidas; (7) garantir a implementação das políticas adotadas e (8) garantir sua estabilidade para que tenham tempo para surtir resultados; (9) firmar e manter compromissos internacionais, mesmo quando haja choques com a política interna, em prol do desenvolvimento e, por fim, (10) administrar as clivagens políticas para que essas não levem o Estado a uma guerra civil.

Como existem diversas instituições que poderiam ser objeto de análise, Weaver e Rockman optaram por separá-las em três camadas para que a comparação se tornasse mais fácil, sendo a primeira delas categorizando os governos entre aqueles que são presidencialistas ou parlamentaristas, a segunda considerando as variações dos presidencialismos e parlamentarismos, ou seja, o tipo de regime e governo (majoritário ou consensual).<sup>8</sup> Por fim, a última camada traz as instituições que moldam a forma com que os grupos de interesse são formados como, por exemplo, o federalismo ou unitarismo do Estado e a forma com que se organizam as Casas legislativas.

De modo mais substantivo, conforme menciona Parsons, os autores postulam um modelo onde os resultados das políticas são afetados pelos constrangimentos causados pelas instituições e, também, pelas oportunidades que elas, junto aos sistemas políticos, criam no que diz respeito à tomada de decisão – mesmo que seja impossível que países possuam todas essas capacidades ao mesmo tempo.<sup>9</sup> Em outras palavras, o modelo sustentado pelos autores sugere que determinadas ações pleiteadas pelos governos são mais eficientes se associadas a um arranjo específico de instituições que, ao afetar o processo decisório, traga resultados satisfatórios.

Um exemplo trazido no segundo capítulo da obra exemplifica de forma elucidativa como o modelo funciona. Feigenbaum, Samuels e Weaver trazem à tona a discussão sobre como as capacidades de inovação, implementação e coordenação de objetivos podem influenciar na política energética de França, Estados Unidos, Alemanha e Canadá.<sup>10</sup>

---

<sup>8</sup> WEAVER, Kent; ROCKMAN, Bert. **Do Institutions Matter?** Washington, DC: The Brookings Institution, 1993.

<sup>9</sup> PARSONS, Wayne. **Políticas públicas: una introducción a la teoría y la práctica del análisis de políticas públicas.** México: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2013.

<sup>10</sup> FEIGENBAUM, Harvey; SAMUELS, Richard; WEAVER, R. Kent. Innovation, coordination, and implementation in energy policy. In: R. K. Weaver & B. A. Rockman. (eds.) **Do Institutions Matter?** Washington, DC: The Brookings Institution, 1993.

Os autores chegam à conclusão de que dinâmicas distintas nos diversos sistemas produzem resultados distintos, como, por exemplo, o federalismo traz um problema de coordenação entre os entes subnacionais e o governo Federal, o que acaba por produzir resultados distintos.

Nesse sentido, o presente artigo argumenta que as capacidades do governo também influenciam, mesmo que de forma indireta como explanada por Weaver e Rockman, o desenvolvimento econômico dos países.<sup>11</sup> Dessa forma, além da literatura acerca da *state capacity*, os estudos que tratam das instituições e do desenvolvimento econômico também serão mobilizados.

O volume de estudos sobre condicionantes do desenvolvimento econômico é substancial.<sup>12</sup> Esse debate está intimamente relacionado à discussão sobre democracias e ditaduras, e seus efeitos sobre o desempenho econômico.

Em termos metodológicos, a relação entre tipo de regime e *output* econômico está marcada por um sério problema de endogeneidade. Afinal, o desenvolvimento econômico causa melhores índices de governança, ou o contrário? Reformas políticas precedem reformas econômicas? Parte da literatura defende a causalidade partindo de índices socioeconômicos para mais qualidade da democracia.<sup>13</sup> Outra parte argumenta que decisões políticas e escolhas institucionais afetam os *outcomes* econômicos dos Estados.<sup>14</sup> Ainda uma terceira corrente se opõe

---

<sup>11</sup> WEAVER, Kent; ROCKMAN, Bert. **Do Institutions Matter?** Washington, DC: The Brookings Institution, 1993.

<sup>12</sup> Cf. ALESINA, Albert; ÖZLER, Sule; ROUBINI, Nouriel; SWAGEL, Phillip. Political Instability and Economic Growth. **National Bureau of Economic Research**, No. 4173, 1992; OLSON, Mancur. Dictatorship, Democracy, and Development. **American Political Science Review**, Vol. 87, 3, 1993; KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; ZOIDO-LOBATÓN, Pablo. Governance matters. **The World Bank**, mimeo, 1999; ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Economic origins of dictatorship and democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

<sup>13</sup> Cf. LIPSET, Seymour Martin. **Political man: The social bases of politics**. Nova York: Doubleday, 1960; JACKMAN, Robert. On the Relation of Economic Development and Democratic Performance. **American Journal of Political Science**, Vol. 17, 3, 1973.

<sup>14</sup> Cf. FUKUYAMA, Francis. Capitalism and Democracy: The Missing Link. In: Larry Diamond & Marc F. Plattner (eds.). **Capitalism, Socialism, and Democracy Revisited**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1993; PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Mike; CHEIBUB, José A.; LIMONGI, Fernando. **Democracy and Development: Political Regimes and Economic Performance, 1950-1990**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.



a ambas, defendendo que, na verdade, democracia e desenvolvimento econômico, em certo ponto, podem constituir um jogo de soma zero.<sup>15</sup> O excesso de demandas sociais, somado à necessidade de implementar políticas econômicas sustentáveis de crescimento levaria ao fracasso de governos democráticos.

Um trabalho seminal para o tema é o livro de Acemglu e Robinson, *Why Nations Fail*.<sup>16</sup> Na obra, os autores compreendem a relação entre desenvolvimento e democracia como interativa. Escolhas são feitas simultaneamente, e os efeitos trafegam de uma esfera para a outra. A conclusão a que chegam é também a mesma: ditaduras são capazes de estimular rápido crescimento econômico, pautado em instituições extrativistas. Democracias, estruturadas em torno de instituições inclusivas, são mais capazes de sustentar o crescimento a longo prazo. Portanto, ser democrático é um condicionante fundamental do desenvolvimento econômico, segundo esses autores.<sup>17</sup> O que explica, então, os variados graus de sucesso das democracias? E o sucesso de algumas ditaduras? Dada a interação entre instituições políticas e econômicas, arranjos institucionais mal desenhados aumentam os custos de decisões que gerem bens públicos (ex: garantia da estabilidade de políticas públicas).

Como qualquer abordagem, esta possui uma limitação, que é o reduzido papel desempenhado por atores dentro do aparato institucional. Afinal, escolhas institucionais são feitas por atores individuais e coletivos. Felizmente, a contribuição dada por Tsebelis permite uma saída analítica para modelar interações entre agentes num ambiente organizado em torno de regras institucionais.<sup>18</sup> Outros modelos também originários da escolha racional, são igualmente capazes de acomodar preferências individuais a explicações institucionalistas.<sup>19</sup>

---

<sup>15</sup> Cf. FOXLEY, Alejandro; MACPHERSON, M.S; O'DONNELL, Guillermo.

**Development, Democracy, and the Art of Trespassing: Essays in Honor of A.O. Hirschman.** South Bend: University of Notre Dame Press, 1986.

<sup>16</sup> ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty.** New York: Crown Business, 2012.

<sup>17</sup> É importante destacar que, no curto prazo, ditaduras podem ser tão eficazes quanto democracias, ou até mais.

<sup>18</sup> TSEBELIS, George. **Veto players: How Political Institutions Work.** New York: Russell Sage Foundation, 2002.

<sup>19</sup> Cf. POLSKI, Margaret M.; OSTROM, Elinor. An institutional framework for policy analysis and design. **Workshop in Political Theory and Policy Analysis Working Paper**, W98-27, 1999; SABATIER, Paul A. An advocacy coalition framework of policy

Outros autores detalham o processo pelo qual instituições impõem ou reduzem custos de ação coletiva, tida como um dos *issues* fundamentais da organização social.<sup>20</sup> Uma vez que capacidades institucionais (atualmente resumidas sob a rubrica de *governance*) são bens públicos, elas também se caracterizam – por natureza – como problemas de ação coletiva. Dessa forma, é sem precedentes a relevância da engenharia institucional, uma vez que pode mitigar ou exacerbar esses problemas potenciais.

De toda forma, quando Weaver e Rockman abordaram o tema de capacidades institucionais, o objeto de estudo eram democracias.<sup>21</sup> Regimes ditatoriais recorrem a estratégias não disponíveis a regimes democráticos para “solucionar” problemas como tensão resultante de clivagens sociais ou alocação de recursos. Outras capacidades são inclusive desnecessárias, como a de ser responsivo ao eleitorado. Por outro lado, Bueno de Mesquita e associados argumentam que, aparte de diferenças pontuais, líderes políticos – sejam autocratas ou representantes eleitos – possuem o objetivo compartilhado de permanecer no poder.<sup>22</sup> Para tal, tanto um quanto o outro recorrem à determinada parte do *selectorate*<sup>23</sup>, e tratam de prover bens públicos à população em geral e bens privados aos membros de sua coalizão. A provisão de bens exige um Estado capaz de extrair e redistribuir recursos. A capacidade taxativa, portanto, é tratada por muitos como o sustentáculo do Estado e das demais capacidades institucionais.<sup>24</sup>

Porém, em democracias, as escolhas políticas são o resultado de escolhas institucionais e processos de tomada de decisão. A literatura

---

change and the role of policy-oriented learning therein. *Policy sciences*, Vol. 21, 2-3, 1988.

<sup>20</sup> Detalhando o processo, Cf. ELSTER, John. **Ulisses Liberto: estudos sobre racionalidade, pré-comprimisso e restrições**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

Tratando como issue fundamental da organização social, Cf. OLSON, Mancur. **The logic of collective action**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

<sup>21</sup> WEAVER, Kent; ROCKMAN, Bert. **Do Institutions Matter?** Washington, DC: The Brookings Institution, 1993.

<sup>22</sup> DE MESQUITA, Bruce Bueno; SMITH, Alastair; SIVERSON, Randolph M.; MORROW, James D. **The Logic of Political Survival**. Cambridge: The MIT Press, 2005.

<sup>23</sup> Todos os indivíduos cuja concordância é necessária para se tomar uma decisão política.

<sup>24</sup> Cf. BESLEY, Timothy; PERSSON, Torsten. State Capacity, Conflict, and Development. *Econometrica, Economic Society*, Vol. 78, 1, 2010; FUKUYAMA, Francis. **Political Order and Political Decay**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2013.

atualmente se preocupa em mensurar a qualidade dessas instituições e seus efeitos em diversos indicadores.<sup>25</sup> Neste artigo, tomaremos parte dessa empreitada. Diferenças institucionais põem cada Estado em uma trajetória única. Defendemos que essas diferenças institucionais podem ser ranqueadas e utilizadas como preditores do sucesso econômico.

### III. METODOLOGIA

Esta seção descreve os procedimentos metodológicos com o objetivo de garantir a replicabilidade dos resultados.<sup>26</sup> De acordo com King, a disponibilização de todas as informações é um requisito chave no padrão de replicabilidade para que o público em geral e os membros da comunidade científica, em particular, possam compreender, avaliar e replicar os resultados da pesquisa.<sup>27</sup> A transparência, intrínseca na ideia da replicabilidade, permite o falseamento das teorias, que é um componente necessário para a construção e o desenvolvimento científico.<sup>28</sup> Em função disso, o Quadro 1 sumariza as principais características do desenho de pesquisa.

Quadro 1 – Desenho de pesquisa

População:	192 países
Fonte:	Berkman <i>et al.</i> (2013), <i>World Bank database</i> e <i>The QoG Basic Cross-Section Data</i> (2015)
Técnicas:	Estatística descritiva, análise de componentes principais, análise de <i>cluster</i> , regressão linear e análise espacial.

<sup>25</sup> Cf. HANSON, John. SIGMAN, Rachel. Leviathan's Latent Dimensions: measuring state-capacity for comparative political research. **World Bank Political Economy Brown Bag Lunch Series**, Washington, DC, 2013.

<sup>26</sup> Cf. KING, Gary. Replication, replication. **PS: Political Science & Politics**, Vol. 28, 3, 1995; DAFOE, Allan. Science deserves better: the imperative to share complete replication files. **PS: Political Science & Politics**, Vol. 47, 1, 2014.

<sup>27</sup> KING, Gary. Replication, replication. **PS: Political Science & Politics**, Vol. 28, 3, 1995.

<sup>28</sup> Cf. POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

Variáveis:	<b>Dependente:</b> Desenvolvimento econômico <b>Independente:</b> Capacidade institucional. <b>Controle:</b> Região geográfica, Membro OCDE e Regime político
Hipótese:	A performance institucional exerce um efeito positivo sobre o desenvolvimento econômico.

Fonte: elaborado pelos autores (2015)

Berkman *et al.*<sup>29</sup> atualizam o banco de dados sobre *Political Institutions, State Capabilities, and Public Policy*<sup>30</sup>, com indicadores sobre qualidade de políticas públicas (*Policy index*) e capacidades governamentais para todo o mundo (*Government capabilities*)<sup>31</sup> entre 2008 a 2014.<sup>32</sup> O trabalho é fruto de um projeto financiado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) para analisar o processo de formulação e o impacto da capacidade dos governos sobre as políticas públicas, em particular na América Latina. Já a base de dados do *World Bank* é gratuita e está disponível para qualquer usuário.<sup>33</sup> Ela reúne diversos tipos de informações relacionadas ao desenvolvimento dos países no mundo em diversas áreas. Por fim, O *The Quality of Government Institute (QoG)* é um projeto mantido pela Universidade de Gotemburgo, Suécia, que visa compilar diversos indicadores sobre os mais variados temas referentes a todos os países do mundo.<sup>34</sup> A intenção é sanar uma lacuna empírica e subsidiar os *policymarkers* de cada país na elaboração de reformas institucionais.

<sup>29</sup> BERKMAN, Heather *et al.* **Political institutions, state capabilities, and public policy: an international dataset.** Washington, DC, United States: IDB Research Department, 2013.

<sup>30</sup> Disponível em: <<https://mydata.iadb.org/Reform-Modernization-of-the-State/Political-Institutions-State-Capabilities-and-Publ/j6yb-w5eq?>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2016.

<sup>31</sup> Berkman *et al.* incluem países, blocos econômicos e regiões de desenvolvimento. No entanto, por questões práticas, utilizamos aqui somente os países-membro da Organização das Nações Unidas (ONU) presentes na base de dados, resultando 192 casos no total.

<sup>32</sup> Em função da limitação de recursos, ao invés de uma análise em painel, preferimos elaborar uma análise *cross-country* para o último ano de registro das variáveis adotadas (2013).

<sup>33</sup> Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2016.

<sup>34</sup> Disponível em: <<http://data.worldbank.org/indicator>>. Acesso em: 07 de janeiro de 2016.

Em relação à variável dependente, trata-se como *proxy* de desenvolvimento econômico o PIB *per capita*, que é o produto do PIB dividido pelo total de habitantes dos países, em relação ao ano de 2012, mensurada continuamente. Para a padronização monetária, todos os valores foram convertidos para o dólar, a preços correntes.

Adicionalmente, a variável independente, o Índice de Capacidade Institucional (ICI) (*performance\_institucional*), é criada a partir de uma análise de componentes principais levando em consideração as duas variáveis de capacidades institucionais descritas Berkman *et al.*: *Policy index* (*policy\_index\_2013*) e o *Government capabilities* (*gov\_capabilities*).<sup>35</sup> O índice varia de 1 a 10, quanto mais próximo de 10, maior é a capacidade institucional do país.

Como variáveis de controle, utilizamos as regiões geográficas categorizadas (*region*), seguindo o modelo de classificação do *World Bank*, se o país é membro da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) (*oecdmember*), definida binariamente (0 – não membro; 1 – membro), e, por fim, utilizamos a variável *dummy* criada por Cheibub, Gandhi e Vreeland para analisar os regimes políticos ao redor do mundo (*chga\_demo*).<sup>36</sup> Ela classificada da seguinte maneira: 1 democracia e 0 não democracia. Para um país ser considerado democrático, é necessário que o Executivo e o Legislativo sejam eleitos direta ou indiretamente por voto popular, que haja multipartidarismo e grupos de oposição ao regime.

A hipótese do trabalho sustenta que a capacidade institucional exerce um efeito positivo sobre o crescimento econômico dos países. Em outras palavras, argumentamos que países com instituições sólidas e eficazes apresentam um melhor desempenho econômico que os demais.

Tecnicamente, utilizamos estatística descritiva – para analisar as características das variáveis dependente e independente – correlação de Pearson, análise de componentes principais para a criação do indicador de capacidade institucional, análise de *cluster* para classificar os países a partir da capacidade institucional. Por fim, elaboramos um modelo de regressão linear para estimar o efeito das instituições sobre o desenvolvimento econômico tanto de maneira agregada, como também desagregada por região geográfica e pertencimento à OCDE.

---

<sup>35</sup> Cf. BERKMAN, Heather et al. **Political institutions, state capabilities, and public policy: an international dataset**. Washington, DC, United States: IDB Research Department, 2013.

<sup>36</sup> CHEIBUB, José Antonio; GANDHI, Jennifer; VREELAND, James Raymond. Democracy and dictatorship revisited. **Public Choice**, Vol. 143, n. 1-2, 2010.

Computacionalmente, os dados foram analisados com o auxílio do *Statistical Package for Social Science* (SPSS) versão 22, Stata 12 e QGIS 2.8. Todos os dados utilizados nesse estudo estão publicamente disponíveis para replicação.<sup>37</sup>

#### IV. RESULTADOS

A média do PIB *per capita* no mundo, para o ano de 2012, é de US\$ 14.298,22, com um desvio padrão de US\$ 21.879,15, acima da média, o que demonstra uma grande heterogeneidade entre os casos, de acordo com a Tabela 1. Em outras palavras, isso quer dizer que temos uma polarização econômica, com países muito ricos e muito pobres. No geral, 10 países estão ausentes da análise devido à falta de registro. Liechtenstein possui o maior PIB *per capita* (US\$ 149.710,10), seguido por Luxemburgo (US\$ 106.022,79) e Noruega (US\$ 101.563,70). Burundi possui o menor valor (US\$ 251,01), acompanhado por Malawi (US\$ 266,58) e Níger (US\$ 404,62).

**Tabela 1 – Estatística descritiva do PIB *per capita*, US\$ (2012)**

N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
182	251,01	149.710,10	14.298,22	21.879,15

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Para a criação do ICI, é importante analisar as estatísticas descritivas das variáveis *Policy index* e *Government capabilities* para observar *outliers*, erros de mensuração, etc.<sup>38</sup> Conforme a Tabela 2, nossa base apresenta 181 casos no índice de políticas públicas e 177 nos de capacidades governamentais. O resultado, ao fim, satisfaz a quantidade mínima de observações necessárias para análise de componentes, já que, de acordo

---

<sup>37</sup> Os dados estão disponíveis nos seguintes endereços eletrônicos:

<[http://www.iadb.org/en/research-and-data/publication-details,3169.html?pub\\_id=IDB-DB-112](http://www.iadb.org/en/research-and-data/publication-details,3169.html?pub_id=IDB-DB-112)>, <<http://data.worldbank.org/indicator>> e <<http://qog.pol.gu.se/data/datadownloads/qogbasicdata>>.

<sup>38</sup> Cf. FIGUEIREDO FILHO, Dalson Brito; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. **Opinião Pública**, Vol. 16, 1, 2010.

com Hair *et al.*, a razão entre casos e variáveis é maior que cinco.<sup>39</sup>

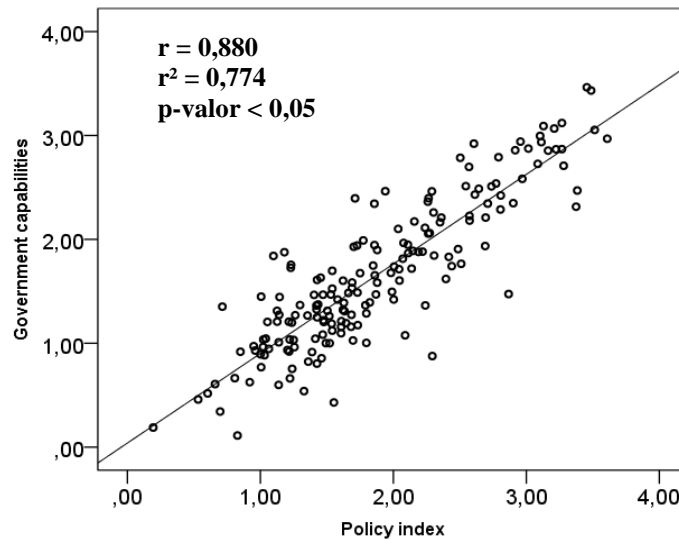
**Tabela 2 – Estatística descritiva de *Policy index* e *Government capabilities***

Variável	N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
<i>Policy index</i>	181	0,194	3,608	1,88	0,72
<i>Government capabilities</i>	177	0,112	3,463	1,65	0,71

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Correlacionando essas duas variáveis, percebemos uma associação moderada, positiva e estatisticamente significativa, o que indica que as duas estão variando no mesmo sentido (Gráfico 1). Como a correção entre elas é maior que 0,3, isso nos permite utilizar a análise de componentes principais de acordo com Hair *et al.*.<sup>40</sup>

**Gráfico 1 - Correlação entre o *Policy index* e as *Government capabilities***



<sup>39</sup> HAIR, Joseph F. *et al.* **Análise Multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

<sup>40</sup> HAIR, Joseph F. *et al.* **Análise Multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

O valor do KMO é 0,5, atingindo um patamar aceitável, de acordo com Hair *et al.*<sup>41</sup> O teste BTS é estatisticamente significativo (p-valor<0,000), de acordo com a Tabela 3, o que também sugere que os dados são adequados para a análise de componentes principais. A rotação utilizada foi a Varimax e os valores ausentes foram excluídos da análise. A Tabela 4 nos mostra que devemos extrair apenas 1 componente, com um autovalor de 1,880 e com, aproximadamente, 94% da variância das variáveis.

**Tabela 3 – KMO e BTS**

Teste	Valor observado
KMO	0,500
BTS	258,4
Df	1
P-valor	0,000

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

**Tabela 4 - Variância total explicada**

Componente	Valores próprios iniciais			Somadas de extração de carregamentos ao x <sup>2</sup>		
	<i>Total</i>	<i>% de variância</i>	<i>% cumulativa</i>	<i>Total</i>	<i>% de variância</i>	<i>% cumulativa</i>
1	1,880	93,99	93,99	1,880	93,993	93,993
2	0,120	6,01	100,00	-	-	-

Método de Extração: Análise de Componente Principal.

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Os valores extraídos da análise de componentes principais, inicialmente, estão padronizados, com média igual a 0 e desvio padrão igual a 1, porém variando de -2,26 a 2,42. No entanto, para tornar o indicador mais intuitivo, mudamos sua escala, colocando-o de 1 a 10, o

---

<sup>41</sup> HAIR, Joseph F. *et al.* **Análise Multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2013.



que não afeta sua significância ou representatividade em relação ao fator extraído.

A Tabela 5 sumariza as informações acerca do indicador criado. Ao todo, 16 países ficaram de fora (n=176) por não possuírem informações referentes à qualidade de políticas públicas e capacidades governamentais. A média é de 4,88 e o desvio padrão de 1,49. Os países com as maiores capacidades institucionais são Dinamarca e Luxemburgo (8,51). Em contrapartida, a Somália possui a menor capacidade institucional (1,49), acompanhada por Myanmar (2,08).

**Tabela 5 - Estatística descritiva do ICI**

N	Mínimo	Máximo	Média	Desvio Padrão
176	1,49	8,51	4,88	1,49

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

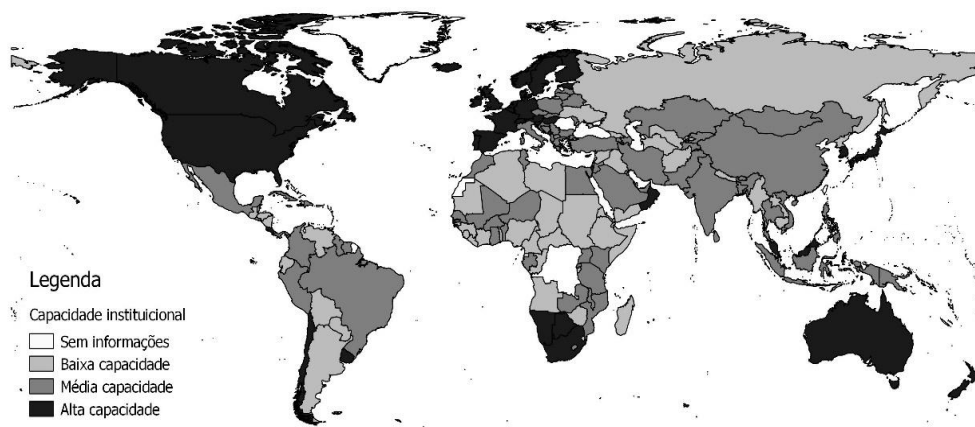
Em seguida, agrupamos os países a partir de suas capacidades institucionais, classificando-os em: alta, média e baixa. Para isso, escolhemos o método de aglomeração *K-means clustering*, que calcula estatisticamente os melhores pontos centrais que maximize a diferença entre os grupos e agrupa a maior quantidade de casos próximos ao centro de cada grupo. A Tabela 4 traz as estatísticas referentes a essa classificação e o Mapa 1 ilustra a classificação dos países.

**Tabela 6 – Output da análise de cluster em relação à performance institucional**

Estatística	Grupos		
	1	2	3
Centro do cluster	0,330	0,478	0,701
Quantidade de casos	53	80	43
Categoria	Baixa	Média	Alta

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Mapa 1 - Representação do ICI nos países do mundo



Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Adicionalmente, constatamos uma autocorrelação espacial positiva e estatisticamente significativa em relação à capacidade institucional (Global Moran's I: 0,192; p-valor<0,05; com 999 permutações). No geral, podemos dizer que o valor do ICI de um país está associado com os dos seus vizinhos. Em outras palavras, também podemos dizer que países com instituições efetivas tendem a estar cercados de vizinhos na mesma situação.

O próximo passo é analisar o efeito da capacidade institucional sobre o desenvolvimento econômico, para isso, elaboramos o seguinte modelo:

$$Y = \alpha + \beta_1 X_1 + \epsilon$$

Onde Y, variável dependente, é o PIB *per capita* (US\$) de 2012,  $\alpha$  é a constante,  $X_1$  é ICI,  $\beta_1$  representa o efeito associado à variação em uma unidade no indicador de capacidade institucional. Por fim,  $\epsilon$  representa o erro do modelo. A Tabela 6 sumariza as estatísticas do modelo estimado.

Tabela 7 – Estimativas do modelo de mínimo quadrados ordinários: PIB *per capita* (VD)

Parâmetros	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	T	P-valor
	B	Erro Padrão	Beta		
Constante	-33226,42	3803,38	---	-8,736	0,000
ICI	9568,18	737,94	0,707	12,966	0,000
R <sup>2</sup> ajustado	0,500	14152,77	---	---	---

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Os resultados indicam que o aumento da capacidade institucional provoca uma elevação no PIB *per capita*. Ou seja, países com instituições eficazes apresentam um PIB proporcionalmente maior que os demais. Em particular, o aumento de uma unidade no ICI aumenta, em média, US\$ 9.568,18 o PIB *per capita* de um país. Em conjunto, o modelo explica 50% na variação da variável dependente.

Aplicando o modelo para cada região geográfica, de acordo com a Tabela 7, percebemos que o efeito das instituições sobre o desenvolvimento econômico é significativo em quatro delas: (1) Leste da Ásia e Pacífico, (2) Europa e Ásia Central, (3) América Latina e Caribe e (4) Oriente Médio e Norte Africano. Em particular, analisando os coeficientes padronizados, no Leste da Ásia e Pacífico, o efeito institucional sobre a economia é maior do que nas outras regiões. O aumento em uma unidade do ICI provoca o aumento médio de US\$ 10.969 no PIB *per capita*. Em conjunto, tal modelo explica, aproximadamente, 69,3% da variação na variável dependente nessa região.

**Tabela 8 - Estimativas do modelo de mínimo quadrados ordinários  
por região geográfica: PIB per capita (VD)**

Região	Parâmetros	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	T	P-valor
		B	Erro Padrão	Beta		
Leste da Ásia e Pacífico	Constante	-41478,042	8783,725	---	-4,722	0,000
	ICI	10969,254	1615,960	0,841	6,788	0,000
	R <sup>2</sup> ajustado	0,693	11578,574	---	---	---
Europa e Ásia Central	Constante	-51157,374	8230,240	---	-6,216	0,000
	ICI	13444,833	1392,475	0,821	9,655	0,000
	R <sup>2</sup> ajustado	0,667	14746,208	---	---	---
América Latina e Caribe	Constante	-2374,686	2856,890	---	-0,831	0,413
	ICI	2299,733	587,152	0,602	3,917	0,001
	R <sup>2</sup> ajustado	0,339	4341,062	---	---	---
Oriente Médio e Africano	Constante	-27287,239	21162,852	---	-1,289	0,215
	ICI	9760,292	4289,656	0,483	2,275	0,036
	R <sup>2</sup> ajustado	0,188	20666,384	---	--	---
América do Norte	Constante	19707,967	0,000	---	---	---
	ICI	4361,187	0,000	1,000	---	---
	R <sup>2</sup> ajustado	---	---	---	---	---
Sudeste Asiático	Constante	3912,000	3708,976	---	1,055	0,332
	ICI	-401,225	860,982	-0,187	-0,466	0,658
	R <sup>2</sup> ajustado	-0,126	2417,342	---	---	---
África Sub-Saariana	Constante	-1076,724	2619,451	---	-0,411	0,683
	ICI	893,365	597,484	0,225	1,495	0,142
	R <sup>2</sup> ajustado	0,028	4204,100	---	---	---

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Em relação à OCDE, na Tabela 8, constatamos que nos países não membros, o efeito das instituições sobre a economia provoca um aumento médio de US\$ 4.434,36 no PIB *per capita*, enquanto nos países membros o aumento é maior, de US\$ 18.244,08 em média. Como pode-se observar, os modelos para os países membro e não membro da OCDE, são estatisticamente significativos (p-valor<0,05) e possuem uma explicação de 52,1% e 18,9%, respectivamente, na variação da variável dependente.

Tabela 8 - Estimativas do modelo de mínimo quadrados ordinários por participação da OCDE: PIB per capita (VD)

Membro da OECD	Parâmetros	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	T	P-valor
		<i>B</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>Beta</i>		
Não membro	Constante	-12399,308	3576,263	---	-3,467	0,001
	ICI	4434,367	771,691	0,442	5,746	0,000
	R <sup>2</sup> ajustado	0,189	10599,563	---	---	---
Membro	Constante	-83651,049	21560,423	---	-3,880	0,001
	ICI	18244,081	3095,826	0,732	5,893	0,000
	R <sup>2</sup> ajustado	0,521	16144,498	---	---	---

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

Por fim, analisando por regime político na Tabela 9, podemos constatar que o aumento em uma unidade na capacidade institucional provoca um aumento médio de US\$ 5.781,48 no PIB per capita em países autocráticos, enquanto nos democráticos o aumento é de US\$ 11.478,23. Os modelos para autocracias e ditaduras possuem um poder de explicação de 20% e 61% respectivamente.

Tabela 9 - Estimativas do modelo de mínimo quadrados ordinários por classificação de regime político: PIB per capita (VD)

Democracia /Ditadura	Parâmetros	Coeficientes não padronizados		Coeficientes padronizados	T	P-valor
		<i>B</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>Beta</i>		
Ditadura	Constante	-16249,043	6138,628	---	-2,647	0,010
	ICI	5781,480	1357,902	0,461	4,258	0,000
	R <sup>2</sup> ajustado	0,201	13836,032	---	---	---
Democracia	Constante	-43771,918	5066,194	---	-8,640	0,000
	ICI	11478,239	913,604	0,784	12,564	0,000
	R <sup>2</sup> ajustado	0,611	13666,342	---	---	---

Fonte: elaborado pelos autores (2015).

### V. CONCLUSÃO

O principal objetivo deste artigo foi analisar a relação entre capacidades institucionais e desenvolvimento econômico. Metodologicamente, o desenho de pesquisa combinou estatística descritiva para observar as características das variáveis dependente e independente, análise de componentes principais para a criação do Índice de Capacidade Institucional (ICI), análise de *cluster* para classificar os países de acordo com o nível de suas capacidades e análise espacial para observar o comportamento dessas variáveis no espaço, se países com altas capacidades têm vizinhos semelhantes a ele. Por fim, utilizamos um modelo de regressão linear para estimar o efeito da capacidade institucional sobre o desenvolvimento econômico, tendo como *proxy* o PIB *per capita* (US\$) a preços constantes.

Os principais resultados confirmam a hipótese do trabalho: as capacidades institucionais exercem um efeito positivo sobre o desenvolvimento econômico. Em outras palavras, quanto maior a capacidade institucional de um país, maior será seu desempenho econômico. Contudo, analisando os resultados desagregados por região, percebemos que essa relação é significativa somente em quatro delas: (1) Leste da Ásia e Pacífico, (2) Europa e Ásia Central, (3) América Latina e Caribe e (4) Oriente Médio e Norte Africano. Em relação à OCDE, constatamos que nos países membros o efeito da capacidade institucional é maior em países membro do que em não membros. A autocorrelação espacial global indica uma associação fraca, positiva e estatisticamente significativa em relação a capacidade institucional ( $I = 0,192$ ;  $p$ -valor  $< 0,05$ ).

Uma possível explicação da não-significância do ICI para a África Subsaariana é que essa região concentra um número elevado de Estados fracassados ou próximos dessa condição.<sup>42</sup> Sem sequer possuir um Estado

---

<sup>42</sup> Para uma classificação de níveis de fracasso de um Estado, Cf. ROTBERG, Robert. Failed states, collapsed states, weak states: causes and indicators. In: Robert

capaz de taxar e criar políticas públicas, não é de se admirar que um índice de capacidade institucional não seja um bom preditor para a região.

Para os resultados obtidos para o Sudeste Asiático, não encontramos explicações teóricas. O sentido do índice é contrário ao esperado, além de não ser significativo. A maioria dos países dessa região estão no grupo de média capacidade institucional. É plausível supor que os resultados vigorosos da economia chinesa estejam enviesando a análise. Mesmo que seja esse o caso, fica a pergunta: como a China atinge patamares tão elevados de desenvolvimento econômico, sem melhorias de igual magnitude em suas instituições políticas? De todo, o Sudeste Asiático permanece uma incógnita.

Por fim, encontramos efeitos positivos tanto de democracias quanto de ditaduras sobre o desenvolvimento econômico. Esse último resultado encontra consonância na literatura mais recente sobre o tema. Pelo fato de termos apenas capturado efeitos de curto prazo, não levamos em consideração as vantagens comparativas de democracias ao longo do tempo. É interessante observar que a capacidade institucional explica menos do desenvolvimento econômico de ditaduras do que o faz para democracias. Isso pode se dar por problemas de mensuração (já que ditaduras e democracias compartilham apenas algumas instituições em comum), por baixa confiabilidade dos dados para alguns regimes ditatoriais, ou por causa de uma variação específica do ano estudado, que não revela a tendência de longo prazo.

Em relação às limitações, a principal é a disponibilidade de informações referentes ao tema estudado. Além disso, a análise *cross-section* diminui a robustez dos resultados em relação a um modelo *time-series*, que controlaria por variâncias temporais e tornaria nossa análise menos suscetível a dados fora da média de cada país, os quais podem ter ocorrido no ano estudado em alguns casos.

---

Rotberg. **When States Fail: Causes and Consequences**. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2003.

Apesar das limitações, acreditamos ter contribuído para a literatura especializada no tema e esperamos que, em trabalhos posteriores, os indicadores de capacidade institucional possam incluir mais países e variáveis nas suas bases, facilitando assim pesquisas mais abrangentes.

## VI. REFERÊNCIAS

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Economic origins of dictatorship and democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2006.

ACEMOGLU, Daron; ROBINSON, James A. **Why nations fail: the origins of power, prosperity and poverty**. New York: Crown Business, 2012.

ACKERMAN, Bruce. The new separation of powers. **Harvard Law Review**, Vol. 113, 3, 2000.

ALESINA, Albert; ÖZLER, Sule; ROUBINI, Nouriel; SWAGEL, Phillip. Political Instability and Economic Growth. **National Bureau of Economic Research**, No. 4173, 1992.

AVALLANEDA, Sebastian. Good Governance, Institutions and Economic Development: Beyond the Conventional Wisdom. **British Journal of Political Science**, Vol. 40, 1, 2010.

BERKMAN, Heather *et al.* **Political institutions, state capabilities, and public policy: an international dataset**. Washington, DC, United States: IDB Research Department, 2013.

BESLEY, Timothy; PERSSON, Torsten. State Capacity, Conflict, and Development. **Econometrica, Economic Society**, Vol. 78, 1, 2010.



CHEIBUB, José Antonio; GANDHI, Jennifer; VREELAND, James Raymond. Democracy and dictatorship revisited. **Public Choice**, Vol. 143, n. 1-2, 2010.

DAFOE, Allan. Science deserves better: the imperative to share complete replication files. **PS: Political Science & Politics**, Vol. 47, 1, 2014.

DE MESQUITA, Bruce Bueno; SMITH, Alastair; SIVERSON, Randolph M.; MORROW, James D. **The Logic of Political Survival**. Cambridge: The MIT Press, 2005.

ELSTER, John. **Ulisses Liberto: estudos sobre racionalidade, pré-compromisso e restrições**. São Paulo: Editora Unesp, 2009.

FEIGENBAUM, Harvey; SAMUELS, Richard; WEAVER, R. Kent. Innovation, coordination, and implementation in energy policy. In: R. K. Weaver & B. A. Rockman. (eds.) **Do Institutions Matter?** Washington, DC: The Brookings Institution, 1993.

FIGUEIREDO FILHO, Dalson Brito; SILVA JÚNIOR, José Alexandre da. Visão além do alcance: uma introdução à análise fatorial. **Opinião Pública**, Vol. 16, 1, 2010.

FOXLEY, Alejandro; MACPHERSON, M.S; O'DONNELL, Guilherme. **Development, Democracy, and the Art of Trespassing: Essays in Honor of A.O. Hirschman**. South Bend: University of Notre Dame Press, 1986.

FUKUYAMA, Francis. Capitalism and Democracy: The Missing Link. In: Larry Diamond & Marc F. Plattner (eds.). **Capitalism, Socialism, and Democracy Revisited**. Baltimore: John Hopkins University Press, 1993.

\_\_\_\_\_. **Political Order and Political Decay**. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2013.

HAIR, Joseph F. *et al.* **Análise Multivariada de dados**. Porto Alegre: Bookman, 2013.

HANSON, John. SIGMAN, Rachel. Leviathan's Latent Dimensions: measuring state-capacity for comparative political research. **World Bank Political Economy Brown Bag Lunch Series**, Washington, DC, 2013.

JACKMAN, Robert. On the Relation of Economic Development and Democratic Performance. **American Journal of Political Science**, Vol. 17, 3, 1973.

KAUFMANN, Daniel; KRAAY, Aart; ZOIDO-LOBATÓN, Pablo. Governance matters. **The World Bank**, mimeo, 1999.

KING, Gary. Replication, replication. **PS: Political Science & Politics**, Vol. 28, 3, 1995.

LIJPHART, Arend. **Modelos de democracia: desempenho e padrões de governo em 36 países**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (Grupo Record), 2003.

LINZ, Juan J. The perils of presidentialism. **Journal of Democracy**, Vol. 1, 1, 1990.

LIPSET, Seymour Martin. **Political man: The social bases of politics**. Nova York: Doubleday, 1960.

MAINWARING, Scott; SHUGART, Matthew S. Juan Linz, presidentialism, and democracy: a critical appraisal. **Comparative Politics**, Vol. 28, 4, 1997.

NORRIS, Pippa. **Driving democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2008.

OLSON, Mancur. Dictatorship, Democracy, and Development. **American Political Science Review**, Vol. 87, 3, 1993.

\_\_\_\_\_. **The logic of collective action**. Cambridge: Harvard University Press, 2009.

PARSONS, Wayne. **Políticas públicas: una introducción a la teoría y la práctica del análisis de políticas públicas**. México: Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales, 2013.

POLSKI, Margaret M.; OSTROM, Elinor. An institutional framework for policy analysis and design. **Workshop in Political Theory and Policy Analysis Working Paper**, W98-27, 1999.

POPPER, Karl R. **A lógica da pesquisa científica**. São Paulo: Editora Cultrix, 2004.

PRZEWORSKI, Adam; ALVAREZ, Mike; CHEIBUB, José A.; LIMONGI, Fernando. **Democracy and Development: Political Regimes and Economic Performance, 1950-1990**. Cambridge: Cambridge University Press, 2000.

PRZEWORSKI, Adam. A última instância: as instituições são a causa primordial do desenvolvimento econômico? **Novos estudos CEBRAP**, nº 72, 4, 2005.

ROTBURG, Robert. Failed states, collapsed states, weak states: causes and indicators. In: Robert Rotberg. **When States Fail: Causes and Consequences**. Washington, DC: Brookings Institution Press, 2003.

SABATIER, Paul A. An advocacy coalition framework of policy change and the role of policy-oriented learning therein. **Policy sciences**, Vol. 21, 2-3, 1988.

SHUGART, Matthew; CAREY, John. **Presidents and Assemblies: Constitutional Design and Electoral Dynamics**. New York: Cambridge University Press, 1992.

STEPAN, Alfred. Para uma nova análise comparativa do federalismo e da democracia: federações que restringem ou ampliam o poder do demos. **Dados: Revista de Ciências Sociais**, Vol. 42, 2, 1999.

TEORELL, Jan; DAHLSTRÖM, Carl; DAHLBERG, Stefan. **The QoG Expert Survey Dataset**. Gothenburg: The Quality of Government Institute, 2011.

TSEBELIS, George. **Veto players: How Political Institutions Work**. New York: Russell Sage Foundation, 2002.

UHR, John. Bicameralism. In: Raw Rhodes *et al.* (eds.). **The Oxford Handbook of Institutions**. Oxford: Oxford University Press, 2006.

WEAVER, Kent; ROCKMAN, Bert. **Do Institutions Matter?** Washington, DC: The Brookings Institution, 1993.

**Instituições Políticas e Desenvolvimento Econômico: evidências de um estudo empírico**  
*Political Institutions and Economic Development: evidences of an empirical study*

**Submetido: 2015-12-03**

**Aceito: 2015-12-26**